

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Governo português anunciou nos últimos meses um novo ciclo de investimentos em novas centrais dedicadas de biomassa florestal residual, e a possibilidade de conversão das centrais a carvão ainda em funcionamento para biomassa. Este investimento pretende alinhar a nossa política energética com as metas definidas nos compromissos internacionais de redução das emissões de CO<sub>2</sub>.

Sucedo que hoje, com as atuais 18 centrais de biomassa (dedicadas ou em cogeração), Portugal parece viver num quadro de relativa escassez de biomassa agravada pelo aumento exponencial da procura internacional de péletes. Com efeito, o consumo de péletes de madeira, impulsionado pela legislação da UE relativa à utilização de energias renováveis tem crescido exponencialmente com destaque para o Reino Unido, Bélgica e Holanda. Só a termoelétrica DRAX importa cerca de 7,5 milhões de toneladas de péletes gerando uma situação paradoxal. Fabricas de péletes portuguesas, financiadas por fundos da EU estão neste momento a exportar mais de 95% da sua produção para o Reino Unido, onde são consumidas pelas indústrias termoelétricas para produção de energia renovável a preços subsidiados.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicitamos ao Ministério do Ambiente e da Transição Energética, os seguintes esclarecimentos:

Relativamente às centrais dedicadas (no fundamental, instrumentos de prevenção contra incêndios florestais):

1. Considerando o concurso público aberto o ano passado, quantas centrais já foram concessionadas até ao momento, qual a sua localização, que áreas de recolha de biomassa florestal residual são abrangidas por cada central, quantos postos de trabalho associados à recolha vão ser criados e quem são as entidades concessionadas?
2. Que avaliação faz o Governo desta alegada escassez de biomassa florestal residual, cuja, contrasta com toda a informação vinda do terreno que aponta para existência generalizada de um claro excesso de biomassa florestal residual nas nossas florestas (base material para início, propagação e desenvolvimento de fogos florestais) e se não equaciona a necessidade de por em prática um sistema de recolha e concentração de biomassa dirigido às populações e aos pequenos proprietários florestais?
3. Quais os cálculos do Governo relativamente à produção anual de biomassa que sustentam a

proposta de governo relativamente ao novo ciclo de investimento em novas centrais de biomassa?

4. Relativamente à eventual reconversão de centrais térmicas a carvão:

- Que tipo ou tipos de biomassa e respetivas quotas, se forem vários, vão ser usados nas grandes centrais térmicas atualmente alimentadas com carvão de origem fóssil?
- A ocorrerem, quais os reais benefícios ambientais e porventura climáticos resultantes da substituição de carvão de origem fóssil, de composição razoavelmente estabilizada, por biomassa, designadamente em termos da composição das emissões emitidas para a atmosfera?
- Quais os impactes de tal mudança nos custos da energia (em €/MWh)?
- Como avalia o Governo a exportação de péletes para países da União Europeia, qual a pegada ecológica destas exportações e como é aplicada neste caso a Decisão n.º 406/2009/CE do Parlamento Europeu e do Conselho que aponta para a obrigatoriedade de se contabilizar todo o ciclo de vida da biomassa até à sua combustão?

Palácio de São Bento, 9 de julho de 2019

Deputado(a)s

JOÃO DIAS(PCP)

ÂNGELA MOREIRA(PCP)

PAULA SANTOS(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)

DUARTE ALVES(PCP)